

TRT-15

Cargo -
Analista Judiciário –
Área ADMINISTRATIVA



Editais verticalizados

TRT 15 (Campinas) - Tribunal
Regional do Trabalho 15ª Região

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Ortografia e acentuação.
 Emprego do sinal indicativo de crase.
 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
 Relação do texto com seu contexto histórico.
 Denotação e conotação. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.
 Intertextualidade.
 Figuras de linguagem.
 Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras.
 Sinonímia e antonímia.
 Pontuação.
 Pronomes.
 Concordância nominal e concordância verbal.
 Flexão nominal e flexão verbal.
 Vozes do verbo.
 Correlação de tempos e modos verbais.
 Regência nominal e regência verbal.
 Coordenação e subordinação. Conectivos.
 Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão);

leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º): Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).

Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).

Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000).

Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991).

Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999)

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Disponível em: [https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/roles/institucional/gestao-estrategica/CARTILHA%20DE%20ÉTICA%20\(2\)_compressed.pdf](https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/roles/institucional/gestao-estrategica/CARTILHA%20DE%20ÉTICA%20(2)_compressed.pdf)

REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 15ª REGIÃO:

Do Tribunal: Disposições Preliminares;

Organização do Tribunal; Tribunal Pleno;

Órgão Especial;

Presidência do Tribunal; Corregedoria; Seções Especializadas;

Turmas e Câmaras;

Escola Judicial;

Serviços Administrativos: Pessoal Administrativo; Gabinete dos Desembargadores do Trabalho. Disponível em: <https://trt15.jus.br/institucional/estrutura-do-tribunal/regimento-interno>

CONHECIMENTOS GERAIS – para todos os cargos, EXCETO:

- 1 – Analista Judiciário – Área Administrativa,
- 2 – Analista Judiciário – Área Judiciária,
- 3 – Analista Judiciário – Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal e
- 25 – Técnico Judiciário – Área Administrativa

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e LEGISLAÇÃO:

Administração Pública: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação;

Princípios Básicos da Administração Pública.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos; simplificação,

racionalização e avaliação dos serviços prestados aos usuários de serviços públicos

- Decreto nº 9.094/2017;

gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro; ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional;

Balanced scorecard;

gestão de projetos;

gestão de processos;
 metodologias de avaliação de desempenho;
 governança e governabilidade;
 transparência e acesso à informação;
 indicadores de gestão;
 gestão por competências;
 processo decisório;
 gestão de conflitos;
 Administração gerencial.

Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

Legislação: Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União: disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores;

Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CONHECIMENTOS GERAIS – APENAS para os cargos:

2 – Analista Judiciário – Área Judiciária e

3 – Analista Judiciário – Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Características básicas das organizações formais modernas:

tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação;

Princípios Básicos da Administração Pública.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos;

simplificação, racionalização e avaliação dos serviços prestados aos usuários de serviços públicos - Decreto nº 9.094/2017;

gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro; ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional;

Balanced scorecard;

gestão de projetos;

gestão de processos;

metodologias de avaliação de desempenho;

governança e governabilidade;

transparência e acesso à informação;

indicadores de gestão;

gestão por competências;

processo decisório;

gestão de conflitos;

Administração gerencial.

Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

CONHECIMENTOS GERAIS – para todos os cargos, EXCETO:

24 – Analista Judiciário – Área Apoio especializado – Especialidade TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e

28 – Técnico Judiciário – Área Apoio especializado – Especialidade TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

Noções de sistema operacional (Windows 10 ou superior).

Email, Edição de textos, planilhas, agenda e apresentações (google workspace), compartilhamento de arquivos (google workspace).

Redes de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet;

Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome);

Sítios de busca e pesquisa na Internet;

Grupos de discussão;

Redes sociais.

Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

Segurança da informação: Procedimentos de segurança;

Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais;

Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Princípios fundamentais.

Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais;

dos direitos de nacionalidade;

dos direitos políticos.

Dos partidos políticos.

Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União. Dos bens e das competências da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Da intervenção federal.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Da Organização dos Poderes.

Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República. Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Do Poder Legislativo: órgãos e atribuições; do processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes dos Estados.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

Da Ordem Econômica e Financeira: dos princípios gerais da atividade econômica.

Das finanças públicas: normas gerais; dos orçamentos.

Da Ordem social: disposição geral; da seguridade social.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 com redação dada pela Lei nº 12.376/2010) e sua aplicação na Administração Pública.

Poderes e deveres dos administradores públicos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

Lei de abuso de autoridade. Lei nº 13.869/2019 e alterações.

Ato administrativo: conceito; classificação dos atos administrativos; características, requisitos e atributos; formação e efeitos; extinção, anulação, revogação, invalidação e convalidação. Cassação e caducidade; discricionariedade e vinculação.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Agentes públicos: classificação; cargo, emprego e função pública; responsabilidade civil, administrativa e penal.

Regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis.

Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações)

Lei nº 11.416/2006

Servidores públicos: regime constitucional dos servidores públicos provimento e investidura; exercício; vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Direito de Greve LOMAN - Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar n.º 35/1979)

Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999).

Controle da Administração Pública: controle interno e controle externo; controle exercido pelo Poder Judiciário; controle exercido pelo Poder Legislativo; controle exercido pelos Tribunais de Contas.

Procedimentos de tomadas de contas.

Responsabilidade extracontratual do Estado.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021 e alterações): das disposições preliminares e gerais; dos princípios; das definições; dos agentes públicos. Da Licitação: conceito, definições, natureza jurídica, objeto e finalidade; princípios básicos e correlatos; obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; modalidades; do processo licitatório; da fase preparatória; do edital; da apresentação de propostas e lances; do julgamento; da habilitação; do

encerramento; anulação, revogação e recursos administrativos; sanções e procedimento sancionatório; crimes em licitações e contratos administrativos. Da contratação direta; Das alienações; Dos instrumentos auxiliares. Dos contratos administrativos: conceito, características e espécies; formalização, execução, fiscalização e inexecução; garantias; da alocação de riscos; das prerrogativas da administração; duração, prorrogação, renovação e extinção; alteração, revisão e rescisão; reajustamento; extinção; recebimento e pagamento; nulidade. Das irregularidades: infrações e sanções administrativas; impugnações, pedidos e recursos; controles das contratações; Das disposições transitórias e finais.

Convênios; Parcerias entre a Administração Pública e o terceiro setor.

Lei nº 13.019/2014 e alterações.

Pregão Eletrônico (Decreto nº 10.024/2019).

Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 11.462/2023).

Serviço Público: conceito, pressupostos constitucionais, classificação, princípios, regime jurídico, usuário e titularidade; formas de delegação de serviço público.

Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público.

Lei nº 8.987/1995 e alterações.

Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público.

Parcerias público-privadas. Lei nº 11.079/2004 e alterações.

Entes paraestatais.

Serviços sociais autônomos.

Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998).

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/1999 e alterações posteriores).

Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros

Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa

Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo.

Ação Popular.

Ação Civil Pública.

Mandado de Injunção.

Habeas Data

Lei de acesso à informação. Lei nº 12.527/2011 e alterações.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações).

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

A evolução da Administração Pública e a reforma do Estado.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos.

Gestão e avaliação de desempenho.

Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

Gestão Organizacional.

Planejamento Estratégico.

Gestão estratégica: planejamento estratégico, tático e operacional.

Indicadores de desempenho e de Gestão.

Gestão de resultados na produção de serviços públicos.

Ferramentas de análise de cenário interno e externo.

Balanced Scorecard.

Modelagem organizacional: conceitos básicos. Identificação e delimitação de processos de negócio.

Processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação.

Técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos.

Gestão por Processos. Grau de maturidade de processos.

Gestão de contratos.

Gestão por Projetos.

Escritório de Projetos.

Gestão de risco.

A organização e o processo decisório.

O processo racional de solução de problemas.

Fatores que afetam a decisão.

Tipos de decisão e processo decisório.

Gestão de processos de mudança organizacional: Conceito de mudança.
 Mudança e inovação organizacional.
 Diagnóstico organizacional.
 Análise dos ambientes interno e externo.
 Negócio, missão, visão de futuro, valores. Avaliação da Gestão Pública – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.
 Critérios de avaliação da gestão pública.
 O papel do agente e métodos de mudança.
 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS:

Conceitos e práticas de Gestão de Pessoas relativas ao servidor público.
 Modelos de Gestão de Pessoas
 Fatores condicionantes de cada modelo.
 Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas.
 Possibilidades e limites da gestão de pessoas como diferencial competitivo para o negócio.
 Possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público.
 Gestão por competências e gestão do conhecimento.
 Gestão e avaliação de desempenho.
 Comportamento organizacional.
 Gestão de clima e cultura organizacional.
 Planejamento de Recursos Humanos.
 Gestão de conflitos.
 Indicadores de desempenho.
 Tipos de indicadores.
 Variáveis componentes dos indicadores.
 Gestão por competências e gestão do conhecimento.
 Liderança, motivação e satisfação no trabalho.
 Qualidade de vida no trabalho.
 Recrutamento e seleção de pessoas.
 Análise e descrição de cargos.

Educação, Treinamento e Desenvolvimento.

Educação corporativa.

Educação à distância.

Gestão de conflitos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO:

Conceitos.

Princípios orçamentários.

Orçamento-Programa: conceitos e objetivos.

Orçamento na Constituição Federal de 1988.

Proposta orçamentária: Elaboração, discussão, votação e aprovação.

Lei nº 4.320/1964 e alterações.

Plano Plurianual – PPA,

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e

Lei Orçamentária Anual – LOA.

Da Lei de Orçamento Da Receita Da Despesa Dos Créditos Adicionais

Da Execução do Orçamento Do Planejamento Da Despesa Pública Da Transparência, Controle e Fiscalização.

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações).

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 10ª edição: Parte I –

Procedimentos Contábeis Orçamentários; Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO:

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Hierarquia das fontes.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção.

Trabalho intermitente: regramento legal; características; excelentes.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empresário e do empregador: conceito e caracterização.

Do grupo econômico; da sucessão de cargos; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Terceirização e flexibilização.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: princípio informado, alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da dispensa indireta; da dispensa sem justa causa; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da dispensa coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio: cabimento, duração, valor, específicos.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade.

Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; turno ininterrupto de revezamento; do intervalo para conservação e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração das férias.

Do salário-mínimo: irredutibilidade e garantia.

Do salário e dos remuneradores: conceito e distinções; composição do salário; formas e meios de pagamento do salário; modalidades de salário; adicionais de pagamentos; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição.

Da prescrição e decadência: conceito, características, distinção e prazos.

FGTS.

Da segurança e medicina no trabalho: das atividades insalubres ou perigosas.

Da proteção ao trabalho do menor. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Da proteção ao trabalho da mulher; da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.

Do direito coletivo do trabalho: da organização sindical; entidades sindicais.

Liberdade Sindical (Convenção 87 da OIT e art. 8º da CF/88); conceito de categoria e categoria diferenciada; das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 e alterações).

Da representação dos trabalhadores.

Da renúncia e transação.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017 e alterações).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

Fontes de Direito Processual do Trabalho.

Da Justiça do Trabalho: estrutura, organização e competência.

Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho: jurisdição e competência.

Do Tribunal Superior do Trabalho: competência e composição.

Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; oficiais de justiça avaliados.

Do Ministério Público do Trabalho: organização e função.

Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária e supletiva do CPC).

Prescrição intercorrente.

Dos atos, termos e prazos processuais.

Das nulidades: possibilidades ensejadoras, extensão, arguição, declaração, efeitos e preclusão.

Dos cremes e emolumentos.

Gratidão da justiça.

Das partes e procuradores; faça jus postulandi.

Dos honorários de advogados: sucumbenciais e honorários contratados.

Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; do arquivamento do processo; da revelação e confissão.

As provas.

Da distribuição dinâmica do ônus da prova.

Honorários periciais.

Dos dissídios individuais: da forma de consentimento e notificação; da consulta escrita e verbal.

Do procedimento ordinário e sumaríssimo.

Da execução: execução provisória e execução definitiva.

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Citação; depósito de relatórios e da nomeação de bens.

Do mandado e da pena; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 e alterações).

Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro.

Dos recursos no processo do trabalho: pressupostos recursais, recursos em espécie, transcendência.

Praça e leilão; arrematação; remição; custa na execução.

Lei nº 13.467/2017 e alterações (Reforma Trabalhista).

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

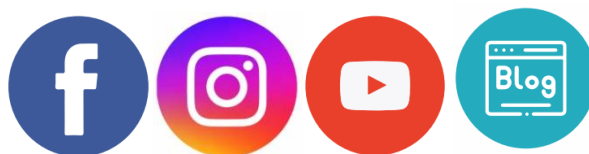
Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.

Do Processo Judicial Eletrônico: especialistas, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!